

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL PROFISCO – AMAPÁ PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO AMAPÁ (PROFISCO-AP) (BR- L1242)

PROPOSTA DE ADESÃO À LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	Programa de Modernização da Administração Fiscal do Estado do Amapá	
Número de Projeto:	BR-L1242	
Equipe de Projeto:	Marcio Cracel (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Patrícia Bakaj (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/LEG); Lilia Dobbin (consultora); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Mutuário	Estado do Amapá	
Organismo executor:	Estado do Amapá através da Secretaria da Receita Estadual (SRE/AP)	
Plano de financiamento:	BID: (CO)	US\$ 7,000 milhões
	Local	<u>US\$ 0,778 milhões</u>
	Total	US\$ 7,778 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria Ambiental Social:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

2.1 A presente operação faz parte da linha de crédito condicional, Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil PROFISCO (BR-X1005), aprovada pelo Diretório de Banco por meio da Resolução DE-132/08, datada de 5 de novembro de 2008.

A. Aspectos sócio-econômicos

2.2 O Estado do Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado na Região Norte do País. Com uma área de 142.814,585 km², possui 16 municípios que abrigam uma população de aproximadamente 587.000 habitantes, sendo 89% localizada na área urbana e 11% na área rural. O Estado do Amapá conserva mais de 90% de sua cobertura florestal original.

2.3 A economia do Estado está baseada na área de serviços (73,2%), seguida do Comércio (13%), Indústria (10,5%) e Agropecuária (3,3%).

2.4 Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ sobre a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas revelam que, por se tratar de um antigo território, quase 50% da economia do

¹ Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais do IBGE

Estado do Amapá está ligada ao setor público, o que explica a alta participação de serviços na economia do Estado.

- 2.5 Em 2005, o Estado do Amapá contribuiu com 0,2% (R\$4.367 milhões) para a totalização do PIB Nacional e no período de 2003 a 2005 o crescimento médio do produto interno bruto foi de 8,9 % aa, muito superior à média nacional (3,3% aa).
- 2.6 Com relação ao PIB Regional (Região Norte), a contribuição do PIB do Amapá foi de 4%. No entanto, apresenta juntamente com o Estado do Acre, o segundo menor índice regional que é nove vezes menor que o do Estado do Pará, o maior PIB da região.
- 2.7 Considerando o ranking nacional, o Estado do Amapá tem o 12º melhor IDH (0,751 em 2000), e a décima quinta melhor renda per capita do país (R\$7,33 mil). Com relação a distribuição/concentração de renda, o índice de Gini conforme levantamento realizado em 2005 é de 0,51 situando o Estado na média das Unidades da Federação.

B. A Gestão Fiscal do Estado do Amapá: avanços e tarefas pendentes

- 2.8 O Estado do Amapá vem cumprindo todos os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantendo uma posição fiscal equilibrada e apresentou os seguintes resultados no ano de 2008:

Quadro 2.1: Metas Fiscais (Art 4º da LRF) – Avaliação do Cumprimento de Metas

Especificação	Metas previstas 2008	% PIB (AP)	Metas Realizadas 2008	% PIB (AP)	Variação	
					Valor	%
I - Receita Não Financeira	1,974,152,872	30.55	2,356,943,479	36.47	382,790,607	19.39
II - Despesa Não Financeira	2,070,040,615	32.03	1,851,529,066	28.65	-218,511,549	-10.56
III - Resultado Primário (I - II)	-95,887,743	-1.48	505,414,412	7.82	601,302,155	-627.09
IV - Juros Nominais	8,722,669	0.13	6,798,507	0.11	-1,924,162	-22.06
V - Resultado Nominal (III -IV)	-104,610,412	-1.62	498,615,906	7.72	-603,226,318	-576.64

- 2.9 A Receita Tributária do ano de 2008 (R\$447.631) representou 18,15% da Receita Total e apresentou a seguinte composição: ICMS (78,52%); IPVA (5,90%); IRRF (13,26%); ITCD (0,04%) e outras Taxas (2,27 %).
- 2.10 **Avanços alcançados:** Nos últimos 10 anos, a SRE/AP vem desenvolvendo um amplo processo de fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), executado no período de 1997 a 2006:
- 2.11 **Na área de Administração Tributária:** (i) Implantação do Planejamento Estratégico com inclusão no plano plurianual (2003-2007) do Governo do Estado; (ii) institucionalização do Programa de Educação Fiscal desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação do Estado; (iii) capacitação de 100% dos servidores da Receita em uma ou mais áreas ou em curso de Pós-Graduação;

- (iv) reestruturação organizacional da Secretaria da Receita; (v) implantação da infra-estrutura tecnológica e início da implantação do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT; (vi) unificação do cadastro de contribuintes do ICMS e IPVA alinhado ao CNAE fiscal e gerenciado no SIAT com consultas na internet, (vii) informatização dos controles internos da arrecadação; (viii) criação da assessoria de inteligência fiscal; (ix) modernização da área de contencioso administrativo e da Procuradoria Fiscal; (x) criação da Coordenadoria de Atendimento com apoio do sistema de acompanhamento e controle de processos; e (xi) construção e aparelhamento dos postos fiscais do Trevo e do Km 9, por onde passam 90% das mercadorias oriundas de outros estados.
- 2.12 ***Na área de Administração Financeira***, a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM) para os Estados e Municípios em 100% do poder executivo.
- 2.13 Apesar dos importantes avanços alcançados, verifica-se, ainda, a necessidade de apoio em áreas específicas, em decorrência dos seguintes motivos: (i) desempenho insatisfatório no planejamento e na gestão das metas de arrecadação; (ii) níveis insatisfatórios de arrecadação decorrentes, principalmente do elevado índice de evasão fiscal; (iii) ineficiência e ineficácia na gestão do gasto público; e (iv) nível insatisfatório dos serviços de atendimento aos clientes.

C. Objetivo e resultados esperados

- 2.14 O objetivo geral deste Projeto é apoiar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado visando: (i) melhorar os instrumentos de planejamento; (ii) incrementar a receita própria; (iii) aumentar a efetividade e a qualidade do gasto público; e (iv) prover melhores serviços aos cidadãos. O Projeto financiará ações estruturadas em 4 (quatro) componentes conforme segue:
- 2.15 **Componente I – Gestão estratégica integrada:** (i) implantação de modelo de sistema de planejamento estratégico compatível com a sistemática do Governo do Estado; (ii) implantação de uma sistemática para estimar arrecadação potencial, projeção da receita, medição da evasão tributária e análise de risco; (iii) revisão, redesenho e implantação dos processos organizacionais das 8 áreas da SRE/AP e da Procuradoria Fiscal (Dívida Ativa); e (iv) implantação de programa de participação e divulgação das informações disponibilizadas nos fóruns nacionais da administração tributária.
- 2.16 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) atualização, consolidação e disponibilização da legislação tributária estadual; (ii) implantação do controle de concessão de regimes especiais e incentivos e de benefícios fiscais no módulo de informação econômico-fiscais do SIAT; (iii) criação da biblioteca da SRE/AP; (iv) desenvolvimento e implantação do controle e análise da conciliação das receitas públicas no módulo de arrecadação do SIAT integrado com sistemas DETRAN, SIPLAG, e outros; (v) desenvolvimento e implantação do controle de recuperação de crédito no módulo de arrecadação do SIAT;

- (vi) reestruturação física e tecnológica dos postos fiscais de fronteira, incluindo o desenvolvimento e a implantação do controle de operações de circulação de mercadorias interestaduais e intermunicipais no módulo de fiscalização do SIAT integrado a sistemas externos (SUFRAMA, Passe Fiscal, SINTEGRA e outros); (vii) desenvolvimento e implantação do acompanhamento dos processos de auditoria no módulo de fiscalização do SIAT; (viii) desenvolvimento e implantação do *datawarehouse*, incluindo ferramentas de análise de risco e inteligência fiscal no módulo de fiscalização do SIAT; (ix) complementação da implantação do Cadastro Sincronizado e SPED (NF-e, Escrituração Fiscal Digital e Contábil Digital) no SIAT, incluindo o saneamento das informações econômico-fiscais (cadastro, declarações, conta corrente fiscal, etc.); e (x) desenvolvimento e implantação do módulo de contencioso fiscal no SIAT e aparelhamento da Procuradoria Fiscal.
- 2.17 **Componente III – Administração financeira:** (i) implantação do modelo de gestão de custos; (ii) desenvolvimento e implantação do sistema informatizado de gestão de contratos e convênios da SRE/AP; (iii) implantação de modelo de gestão de material e de patrimônio apoiado por sistema de informação; (iv) definição e implantação de modelo de gestão de documentos e arquivo (GED); e (v) implantação de modelo de controle interno da SRE/AP.
- 2.18 **Componente IV – Gestão de recursos estratégicos:** (i) elaboração de campanhas de educação fiscal de alcance estadual; (ii) disponibilização na Internet de serviços ao contribuinte; (iii) aparelhamento das unidades de atendimento avançadas nos municípios; (iv) implantação de *Call Center* para os contribuintes; (v) implantação de um plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) da SRE/AP, incluindo a atualização da infraestrutura tecnológica; (v) definição e implantação da política de segurança da informação, incluindo plano de contingência; (vi) implantação de programa de gestão de recursos humanos; (vii) implantação de um modelo de corregedoria apoiado por módulo informático no SIAT; e (viii) implantação de modelo de gestão do conhecimento.
- 2.19 Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do Projeto são: (i) aumento de 40% da arrecadação do ICMS em decorrência da implantação do imposto antecipado e melhoria da fiscalização; (ii) aumento de 30% da arrecadação da dívida ativa; (iii) redução em 50% dos gastos de benefício fiscais; (iv) redução em 50% do estoque de créditos administrativos; (v) redução do tempo de permanência dos veículos nos postos fiscais de 4 horas para 2 horas; (vi) redução do tempo médio de liberação de inscrição estadual de 48 horas para 24 horas; (vii) redução de 20% do estoque de crédito tributário inscrito em dívida ativa; e (viii) aumento para 70% o nível de satisfação dos funcionários da SRE/AP e dos contribuintes.
- 2.20 Os impactos esperados decorrentes da execução do Projeto são: (i) maior efetividade no combate à evasão fiscal nas operações de circulação de mercadorias; (ii) agilidade na abertura de novos negócios com reflexos na economia local; (iii) redução do comércio informal com a ampliação da base de contribuintes; (iv) melhoria do planejamento e execução financeira do estado; (v) incremento na liquidez de ativos

públicos; (vi) fortalecimento da relação entre o fisco e o contribuinte; (vii) melhoria da qualidade do processo decisório; (viii) melhoria do clima organizacional; e (ix) fortalecimento da imagem institucional da SRE/AP.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A SRE/AP conta com equipe de servidores para a preparação e execução do Projeto, com experiência adquirida na execução do PNAFE, que tem participado dos grupos temáticos que visam compartilhar soluções técnicas no âmbito da administração fazendária. A SRE/AP está desenvolvendo as soluções para adoção do SPED, da Nota Fiscal Eletrônica e do Cadastro Sincronizado Nacional, com recursos a serem contratados junto ao PMAE. Assim mesmo, com a finalidade de mitigar possíveis riscos, existe a necessidade de capacitação institucional, em temas relacionados às aquisições/contratações e gerenciamento de projetos.
- 3.2 A presente operação é continuação de importantes experiências desenvolvidas pelo Banco no apoio ao processo de modernização na área fiscal e financeira no Brasil: (i) Programa de Modernização da Receita Federal-1995; (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE-1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM-1999); (iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX-2005); (v) Programa Nacional de Apoio à Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE – 2006); e (vi) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia (2003 e 2006).

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” (ver anexo II). Por tratar-se de um Projeto no qual suas ações são de natureza administrativa fiscal não haverá riscos de impactos ambientais negativos.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 O Anexo V detalha o cronograma do Projeto e estabelece as etapas e os requisitos necessários para se alcançar a preparação da Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD) em 30 de setembro de 2009. Para a preparação do projeto, serão necessários recursos de fundos administrativos para a realização de uma missão de identificação e outra de análise (US\$19.240) e apoio de consultoria por 40 dias (US\$27.720).

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Marcio Cracel (ICF/FMM)
	Project Title	Amapá State Tax Collection Administration Modernization Program (PROMOSER/AP)
	Project Number	BR-L1242
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-02-03
	Assessment Number	2009-02030648-2
Additional Comments		

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has not triggered any Policy Directives other than B13; please refer to B13 for guidance. No project classification required. Submit Report and PCD (or equivalent) to ESR.	
	Additional Comments	<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	
	Title	
	Date	2009-02-03

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Marcio Cracel (ICF/FMM)
	Project Title	Amapá State Tax Collection Administration Modernization Program (PROMOSER/AP)
	Project Number	BR-L1242
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-02-03
	Assessment Number	2009-02031258-2
	Additional Comments	

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
	Conditions/Recommendations		Comments:
		<ul style="list-style-type: none"> Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. 	
		<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions
	No issues identified	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Date:
	Comments:	

BRASIL

PROFISCO – AMAPÁ

**Programa de Modernização da Administração Fiscal da Secretaria da Receita
Estadual do Amapá
(BR-L1242)**

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo I e II), que é consistente com a avaliação da Equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Projeto tenha impactos ambientais e sociais negativos.

BRASIL

PROFISCO – AMAPÁ

Programa de Modernização da Administração Fiscal do Estado do Amapá (PROFISCO-AP)

(BR-L1242)

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.		IDBdocs1895148
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.		IDBdocs1895172
	3. Ferramenta para apoio ao dimensionamento do Projeto.	10 de abril de 2009	
	4. Relatório de Gestão Fiscal SER/AP 2008.	10 de abril de 2009	
	5. Carta-consulta PMAE/BNDES.	10 de abril de 2009	
	6. Plano Estratégico da SER/AP.	10 de abril de 2009	
	7. Programa de Ajuste Fiscal de AP – STN Anexos I a V.	10 de abril de 2009	
	8. Relatório de Encerramento do PNAFE/AP (PCR).	10 de abril de 2009	
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	10 de abril de 2009	
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) mecanismos de execução descentralizada; (iv) gestão financeira e auditoria; (v) aspectos orçamentários; e (vi) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	10 de abril de 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	22 de maio de 2009 29 de maio de 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto (SEA, PGE, SPG).	29 de maio de 2008	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	29 de maio de 2008	

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	29 de maio de 2008	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	29 de maio de 2008	

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.